

A AUTOGESTÃO NA ESPANHA REVOLUCIONÁRIA: UMA ANÁLISE DOS ESTUDOS DE FRANK MINTZ

Davi Luiz Paulino¹

Resumo: Em 18 de julho de 1936, sob o comando do General Francisco Franco, os militares deflagraram um golpe contra a Segunda República Espanhola, respondendo à ação militar, trabalhadores começaram, espontaneamente, a ocupar campos e fábricas em múltiplas localidades como Andaluzia, Catalunha, entre outras. No intuito de combater o exército nacionalista, os trabalhadores, também, solicitaram à República que os armassem, no entanto, temendo uma revolução, o governo recusou o pedido, levando eles próprios a conseguirem as armas através de saques aos quartéis da zona republicana. A temeridade com o desencadeamento revolucionário não era infundado, já que vinha ocorrendo expropriações e ocupações de campos e fábricas ao longo da década de 1930, mediante as prédicas da autogestão. Como pode ser perceptível, o processo autogestionário espanhol foi uma experiência ocorrida no contexto de Guerra Civil, no qual o conjunto da classe trabalhadora impôs uma revolução com intuito de deter o golpe militar, pois na perspectiva dos trabalhadores, o fascismo só poderia ser destruído com a revolução social. Tanto a guerra quanto a revolução suscitaram pesquisas de diversas áreas e perspectivas teóricas, dentre elas, ressaltamos a contribuição do historiador e militante anarquista francês Frank Mintz (1941), no qual o mesmo se propôs a estudar o contexto econômico da Guerra Civil, com foco na experiência revolucionária, desde suas bases à prática da autogestão, como expôs na obra *Autogestión y Anarcosindicalismo en la España Revolucionaria* e, também nas suas contribuições em capítulos de livros especializados na temática publicados no Brasil pela Editora Imaginário/Intermezzo. A partir dessa exposição, nosso trabalho propõe contribuir com a divulgação da obra desse historiador, abordando como ele recuperou a concepção de autogestão e sua formação para o contexto espanhol e principalmente mostrar como se construiu sua crítica a este processo que, na ocasião do conflito bélico, era coordenado pela Confederación Nacional del Trabajo, central anarcossindicalista fundada em 1910, que teria por missão responder a espontaneidade da classe trabalhadora com a coordenação das referidas ações propondo, através do arcabouço teórico, novas formas de reestruturação socioeconômica ao que já estava sendo posto em prática no plano agrário e industrial nas coletividades. Na análise de Mintz, nos deteremos na questão referente aos problemas enfrentados pelos coletivos autogeridos sejam os de caráter estritamente econômicos como os organizativos, no entanto, ressaltamos que, para o autor, esse processo mesmo breve e com seus problemas, foi uma experiência importante na história da classe trabalhadora espanhola. Por fim, analisaremos o processo desencadeado com a Guerra Civil, a partir da noção de experiência de classe, visto que esse conceito não se encerra em uma concepção estática, e sim construída dentro do conjunto das relações de determinada época e contexto, como apontado nos trabalhos do historiador Edward Thompson.

Palavras-chave: Guerra Civil Espanhola; Historiografia; Anarquismo; Autogestão.

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e membro da Biblioteca Terra Livre.

Frank Mintz², nascido em 1941 na cidade de Montpellier, é um historiador e militante anarcossindicalista membro da *Confédération Nationale des Travailleurs-Solidarité Ouvrière* (CNT-SO). Seus estudos concentram-se, principalmente, na história da Revolução Espanhola, no entanto, o autor também realizou pesquisas sobre outros momentos do movimento anarquista, como a Revolução Russa e sua atuação na França. É perceptível que o trabalho de Mintz aborda uma história relativamente ampla do anarquismo, mas para este trabalho, nos debruçaremos sobre suas reflexões sobre a autogestão durante a revolução na Espanha.

A Revolução Espanhola foi a resposta dada pelos trabalhadores e trabalhadoras à tentativa de golpe militar por uma cúpula do exército que tinha a sua frente o general Francisco Franco com o apoio da direita espanhola³ que havia sido derrotada nas eleições de fevereiro de 1936 pela coligação da Frente Popular. O golpe foi sufocado pelo conjunto da classe trabalhadora em diversas localidades⁴, essa resistência resultou em uma sangrenta guerra de quase três (julho de 1936 a abril de 1939) ao mesmo tempo em que era posto em prática, pelas organizações e pela classe trabalhadora, uma nova perspectiva socioeconômica conhecida como autogestão amparada em bases comunista libertária. E é exatamente essa questão o objetivo desse trabalho.

O debate sobre gestão operária nos anos de 1930

Para Frank Mintz, as organizações de classe que estão vinculadas a uma perspectiva revolucionária e libertária, atuam não necessariamente sob uma lógica anarco-comunista e sim anarcossindicalista⁵. Ainda segundo o autor, uma das influências dessa militância é a CGT⁶ francesa que debatia uma perspectiva revolucionária da atuação dos sindicatos, o que, por sua vez, ecoou em solo espanhol, resultando na criação, em 1910 na cidade de Barcelona, da *Confederación Nacional del Trabajo* (CNT), central sindical nascida nos contornos do sindicalismo revolucionário, mas que na década de 1930 já havia adotado como estratégia o anarcossindicalismo.

O anarcossindicalismo enquanto estratégia atua em uma perspectiva de conquistas econômicas para a classe trabalhadora ao mesmo tempo em que defende que o objetivo final da luta sindical é a destruição do aparato estatal e do sistema econômico capitalista, propondo uma reorganização socioeconômica amparada na autogestão dos meios de produção pelos trabalhadores e trabalhadoras e seus órgãos, no qual, dentre eles, está o sindi-

2 O autor ao longo de sua militância utilizou alguns pseudônimos, como Martin Zemliak e Israël Renov.

3 A Igreja Católica também foi uma forte apoiadora do golpe e posteriormente, estrutura importante do regime franquista.

4 Dentre os locais de resistência temos, como exemplo, a região da Catalunha, importante polo industrial do país.

5 MINTZ, Frank. *O Anarquismo Social*. São Paulo: Imaginário; Faísca, 2005, p. 65.

6 Confederação Geral do Trabalho, central sindical de matriz sindicalista revolucionária.

cato, que segundo Mintz é “simultaneamente um órgão de defesa e a célula de reconstrução de uma nova ordem social fundada no coletivo, de baixo para cima.”⁷

É interessante, que a partir das reflexões de Mintz, vemos como essas ideias de reorganização da produção se baseavam em escritos de militantes da Associação Internacional do Trabalho, como a brochura de James Guillaume *Idées sur l'organisation sociale* (1875), Mintz aponta que antes dos anos 1930 não havia uma teorização, no plano confederal, sobre transformação social, teoria essa, que na Espanha ficou conhecida como *comunismo libertário*, mesmo sendo debatida desde 1919, segundo nosso autor, foi mais desenvolvida na década de 1930.

No entanto, o autor não nega que havia uma produção teórica no seio das organizações operárias, e aqui nos referimos principalmente à CNT, pois para ele é claro que “havia na Espanha inúmeras obras em castelhano evocando uma reconstrução social, a começar por aquelas de Gaston Leval; também era encontrada a tradução da obra de Pierre Besnard, *Les Syndicats Ouvriers et la Révolution Sociale*.”⁸

Continuando nessa reflexão de Frank Mintz, é importante resgatar, mesmo com o debate entre as diversas tendências no interior da organização cenetista, que a década trinta está marcada com uma série de trabalhos produzidos dentro das organizações libertárias⁹. Dentre essas obras, ressaltamos a de Isaac Puente¹⁰, que se propôs a pensar as estruturas da Espanha e sua capacidade produtiva com o objetivo de compreender a possibilidade da construção do comunismo libertário no país, sempre garantindo que essas mudanças partiriam da base, ou seja, dos próprios trabalhadores.

Mintz também analisa outras proposições teóricas desse período, como a de Horácio Prieto¹¹, que, segundo ele, apresenta um caráter mais dirigista da revolução e dessa forma retira a autonomia na base nas tomadas de decisões. Esses exemplos teóricos, para o autor, ficarão marcados durante a Revolução Espanhola pela autogestão na base e pela cúpula cenetista inserida na perspectiva de colaboração governamental.¹²

Criticando posturas que ele considera dirigista ou autoritária, o autor ira debater a obra de Diego Abad de Santillán¹³ segundo a qual ele considera mais centralista que a de Puente, isso por que Santillán critica a noção do *localismo econômico*, mesmo que essa perspectiva não se encontre no texto de Puente. No entanto, discordamos dessa crítica feita

7 MINTZ, Frank. Op. cit., p. 67.

8 MINTZ, Frank. “Reflexões sobre a formação do conceito de ‘comunismo libertário’ nos anos 30 na Espanha”, em História do Movimento Operário Revolucionário. São Paulo: Imaginário; IMES; Expressão e Arte, 2004, p.324.

9 Referimo-nos a CNT e a Federação Anarquista Ibérica (FAI).

10 PUENTE, Isaac. El comunismo libertário: sus posibilidades de realización em España. Valência: Biblioteca de Estudios, 1932.

11 Trabalho produzido em 1932 intitulado Anarco-sindicalismo. Como Afianzaremos la Revolución.

12 MINTZ, Frank. Autogestión y anarcossindicalismo en la España revolucionária. Madri: Traficante de Sueños, 2006, p. 208.

13 SANTILLÁN, Diego Abad de. O organismo econômico da revolução: a autogestão na Revolução Espanhola. São Paulo: Brasiliense, 1980.

por Mintz porque Santillán não busca suprimir a autonomia dos órgãos operários, mas sim propor que através do federalismo esses organismos se conectem as demais estâncias (local, regional e nacional) para que se possa ter uma economia planejada no qual as reais condições e capacidades produtivas sejam levadas a cabo pelas organizações da classe trabalhadora. Isso porque Santillán compreende que em sua época, a indústria e a agricultura não permitem uma produção em núcleos isolados, ou seja, a própria estrutura agrário-industrial contribuiu para ditar o ritmo das atividades de trabalhadores e trabalhadoras.¹⁴

Santillán, no plano teórico, precisa o caráter essencial da autonomia operária durante o processo de reorganização socioeconômica, para ele só possível construir “o socialismo na medida em que se destrói o Estado e se criam instituições populares de gestão direta da produção, da distribuição e da reorganização social.”¹⁵ De um modo geral, essas características encontravam-se na Revolução Espanhola.

Frank Mintz e a Revolução Espanhola

Como exposto anteriormente, a Revolução Espanhola foi o momento em que a classe trabalhadora pôs em prática princípios autogestionários em quase todo território republicano, gerindo a produção e a distribuição tanto na agricultura quanto na indústria. Essa experiência se tornou objeto de diversos estudos, dentro os quais os de Frank Mintz.

Para o autor, estudado nesse trabalho, o processo revolucionário espanhol fomentou mudanças na sociabilidade espanhola ao passo que também mostrou a capacidade organizativa da classe trabalhadora. Mintz esboça a situação revolucionária do seguinte modo,

Os próprios trabalhadores, sem esperar qualquer tipo de comando, transformam seu instrumento de trabalho. Em Barcelona, os comitês da C.N.T. haviam lançado o apelo à greve geral em 18 de julho de 1936, sem outra recomendação. Ora, desde o dia 21 de julho os ferroviários catalães coletivizavam as ferrovias (três companhias, portanto, horários e materiais diferentes e uma grande complexidade para resolver). Em seguida, foi a vez dos transportes urbanos, da eletricidade, das agências marítimas. A indústria metalúrgica pôs-se a fabricar veículos blindados e granadas para as milícias. Em alguns dias, 70% das empresas industriais e comerciais da Catalunha, que concentrava os dois terços da indústria do país, foram coletivizadas.¹⁶

Pela exposição de Mintz é perceptível o caráter autônomo da coletivização dos meios de produção pelos trabalhadores e trabalhadoras, no entanto, essa ação por mais espontânea que parece, estava ancorada nos princípios libertários que já vinham sendo debatidos desde o início dos anos trinta, principalmente as ideias de Isaac Puente e a autonomia da base na decisão e execução da produção.

14 SANTILLÁN, Diego Abad. Op.cit., p. 197.

15 Ibid., p. 211.

16 MINTZ, Frank. O Anarquismo Social. São Paulo: Imaginário; Faísca, 2005, p. 74.

A CNT contribuiu para esse processo justamente pela realização dos debates construtivos acerca da realização do comunismo libertário. Dentre eles, ressaltamos o papel fundamental que o federalismo ocupa na transformação social, isso porque a organização da produção leva em conta a gestão dos comitês nos espaços fabris, posteriormente as questões debatidas na indústria seguem para o sindicato, do sindicato para o conselho de ramo (regional) e por último sua representação nacional na federação de indústria. Mintz aponta que a proposição da criação das federações de indústrias foi problematizada pelos órgãos de classe com receio de que elas poderiam acabar criando gestões burocráticas, no entanto, como o princípio fundante estava no federalismo, a gestão no plano nacional levaria em conta o que era apresentado pelos diversos espaços de produção, tanto na escala local, quanto regional e por último, nacional. A perspectiva de criar federações industriais encontra-se tanto nos escritos de Isaac Puente quanto em Diego Abad de Santillán.

Nos trabalhos, objetos de nossa análise, encontramos referências às ações não somente no espaço urbano/industrial, mas também na agricultura. Essa leitura pode ser comprovada em estudos de historiadores profissionais, como o de Marta A. Ackelsberg, no qual ela nos mostra que nas “áreas rurais, as organizações trabalhadoras expropriaram grandes fazendas, pequenos proprietários comunalizaram suas terras e seu gado, e municípios instituíram um novo sistema cooperativo de cultivo.”¹⁷

De acordo com Mintz, a coletivização agrícola teve poucos casos em que houve processos de criação de comunas forçadas, por parte de cenetistas de fora da região ou de Colunas que não estavam confederadas¹⁸, esses acontecimentos receberam críticas de dentro da própria CNT, como bem aponta nosso autor. De um modo geral, os camponeses que quisessem manter a posse individual da pequena propriedade, poderiam assim o fazer, desde que não fosse empregado mão-de-obra além de sua família e a dimensão territorial da propriedade não poderia ultrapassar a capacidade produtiva familiar¹⁹. Não era incomum, famílias camponesas abandonarem a exploração individual da terra e participar da produção coletiva, isso após constatar os avanços socioeconômicos das coletividades, principalmente as da região de Aragão, ou seja, se educava para a revolução através do exemplo.

Mesmo com esse processo de coletivização em diversas localidades, abarcando o campo e a cidade, Mintz aponta que uma coordenação ou organização no plano Nacional, como já vinha sendo teorizada pelos militantes anarquistas, foi posta em prática tardiamente, já no momento do refluxo da revolução pelo avanço nacionalista e recomposição do

17 ACKELSBURG, Marta A. *Mulheres Livres: a luta pela emancipação feminina e a Guerra Civil Espanhola*. São Paulo: Elefante, 2019, p. 173.

18 MINTZ, Frank. *Autogestión y anarcossindicalismo en la España revolucionária*. Madri: Traficante de Sueños, 2006, p. 90.

19 POMINI, Igor Pasquini. *Revolução Espanhola: uma análise dos processos autogestionários*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013, p. 66.

Estado republicano, a questão a agrária teve seus esboços de gestão nacional em junho de 1937, enquanto que a indústria somente em janeiro de 1938, através do *Pleno Econômico*.²⁰

É interessante que Mintz tem uma postura crítica do processo revolucionário espanhol, apontando suas dificuldades e erros, no entanto, ele enfatiza as conquistas do proletariado espanhol, principalmente nos debates acerca da questão salarial, no qual os anarcossindicalistas procuraram propor alternativa a políticas adotadas na URSS, por exemplo, que adotava o Stakhanovismo, caracterizado como um,

[...] movimento surgido da URSS na década de 1930 e consistia na iniciativa operária individualizada para aumentar a produtividade. Tal movimento se difundiu bastante, havendo louvas internacionais que sublinhavam as 'façanhas do socialismo' na URSS. No entanto, o stakhanovismo se baseou em uma maior divisão e racionalização do trabalho, tendo como uma de suas consequências o aumento da concorrência entre os trabalhadores, além de ampliar as diferenças salariais.²¹

Mintz então demonstra como o salário na Espanha revolucionária exercia uma função social, em determinadas coletividades, o salário era familiar e organizado pela gestão coletiva, portanto, para o autor, essa forma salarial era importante porque partindo do controle pela base, ela compreende as necessidades de sacrifícios, diferentemente se fosse uma imposição centralista.

Autores, como Isaac Puente, propunha um salário que garantisse a satisfação das necessidades básicas dos trabalhadores, partindo disso, podemos entender que não haveria uma diferenciação salarial, pois acreditava que diferenciando o trabalho qualificado e não qualificado ainda exerceria hierarquização das relações sociais.

Nessa discussão sobre a moeda, seja em relação ao salário ou sua circulação, alguns coletivos adotaram cupons ou vales que seriam trocados nos armazéns da coletividade por produtos, bem como para aquisição de matéria-prima para impulsionar a produção. Em algumas coletividades que adotaram esse sistema, a peseta, enquanto moeda fora abolida, no entanto, essa postura foi prejudicial para a sequência da guerra, isso porque a partir da recomposição do aparelho estatal republicano, com auxílio dos cenetistas inseridos nos aparatos governamentais, as coletividades começaram a sofrer repressão dentro do próprio campo republicano e caso, não tivessem abolido o dinheiro (peseta) que tinha em caixa poderiam ter sobrevivido por mais tempo, ou seja, abolição do dinheiro tinha que ser debatido mais para frente, mais precisamente, após a guerra civil.

20 MINTZ, Frank. *Autogestión y anarcossindicalismo en la España revolucionária*. Madri: Traficante de Sueños, 2006, p. 106

21 POMINI, Igor. *Op.cit.*, p. 62.

O caráter repressivo dentro do próprio campo republicano aos coletivos agrários e industriais também foi elemento da reflexão de Mintz. Para o autor a autogestão que sobrevivia nos anos finais da guerra era o elemento que simbolizava a autonomia da base da CNT, isso porque o colaboracionismo da cúpula da CNT-FAI garantiu o respaldo para que tanto o governo da República quanto da Generalitat não reconhecessem os esforços revolucionários da classe trabalhadora, dessa forma, dificultavam o auxílio financeiro, minando a autonomia de diversas localidades.²²

Essa postura dos militantes cenetistas que aderiram o governo com a justificativa de utilizar do aparato estatal para garantir as conquistas revolucionárias, em nossa perspectiva, é um claro abandono dos princípios anarquistas. Já Mintz, enxerga no colaboracionismo uma concepção dirigista da revolução baseada nas ideias de Horácio Prieto enquanto que a base da CNT encontrava-se ancorada nas proposições de Isaac Puente e sua perspectiva de comunismo libertário, portanto, Mintz compreende que os debates acerca de autogestão do início dos anos 1930 encontrava-se presente nas ações durante a Revolução Espanhola.

A justificativa dos “ministros anarquistas” no governo de utilizar-se do Estado para garantir as conquistas revolucionárias não condiz com a realidade quando olhamos para os estudos históricos de Frank Mintz, o autor analisou as diversas formas de repressão aos coletivos autogeridos dentro do campo republicano, mostrando diversos agentes governamentais envolvidos na destruição de coletividades, como podemos ver a seguir,

- 30 de outubro de 1936: os comunistas atiram contra membros da Coluna de Ferro - defensores da autogestão - enquanto eles estavam em um funeral (mais de cem mortos).
- 13 de novembro de 1936: tiroteio em Fortuna (Murcia) entre cenetistas e comunistas.
- 01 de janeiro de 1937: dissolução dos comitês de trabalhadores de abastecimento organizado pela CNT e UGT em Barcelona.
- Final de janeiro de 1937: incidentes entre coletivistas em Fatarella (Tarragona).
- 3 de fevereiro de 1937: a Generalitat declarou ilegal a coletivização da indústria de laticínios.
- 3 de fevereiro de 1937: incidentes entre militantes da CNT e ugetistas na comunidade de Cullera (Valência).
- 8 de março de 1937: confrontos em Vilanesa.

22 MINTZ, Frank. *Autogestión y anarcossindicalismo en la España revolucionária*. Madri: Traficante de Sueños, 2006, p. 154.

- 17 de abril de 1937: tiroteio anti-cenetista em Puigcerdá (importante comunidade da CNT).
- Maio de 1937: Intervenção da polícia armada para desalojar a companhia telefônica de Barcelona mantida por ugetistas e membros da CNT, passividade da CNT, intervenção dos ministros Montseny e García Oliver, forte pressão para que membros armados da CNT não viessem de Aragão para ajudar seus camaradas da Catalunha.
- Junho de 1937: ataques contra as comunidades de Mora, Mascarate, Perales de Río (Toledo) pela brigada de Líster.
- Julho de 1937: incidentes em Ascó (Tarragona) após a passagem da Brigada Lister.
- Agosto de 1937: destruição de comunidades em Aragão por parte da brigada de Lister e supressão do Conselho.
- Outubro a novembro de 1938: apreensão do governo da indústria de guerra catalã.²³

Mediante os dados apresentados por Mintz é possível compreender como a contrarrevolução na Espanha, foi um projeto tentado pelos partidos políticos do campo republicano desde o início da revolução. Em finais de julho de 1936 já havia uma tentativa de controlar as milícias confederadas por meio do Comitê de Milícias Antifascistas que era composto por representantes dos diversos partidos, além de contabilizar um passo na militarização dos destacamentos armados dos anarquistas, caso houvesse recusa das colunas²⁴ em se constituir como um exército regular o fornecimento de armamentos era suspenso, portanto, a autonomia organizativa das milícias era profundamente golpeada.

Outro ponto levantado pelo autor é em relação ao avanço contra as coletividades, declarando projetos como ilegais e com o apoio dos “anarquistas” no governo, conseguiu inserir nas empresas autogeridas um representante da república, com isso era mais um passo na conquista não mais do poder político, que já havia se recomposto, mas também o poderio sobre a economia.

Nesse contexto de interferência na autogestão, o governo conta com o apoio do Partido Comunista Espanhol (PCE) tutelado por Moscou. No período que se passa a Revolução Espanhola, as diretrizes do PCUS (Partido Comunista Soviético) se pautava na formação das Frentes Populares para derrotar o fascismo e na Espanha a perspectiva era de desenvolver o capitalismo espanhol através da etapa da revolução democrático-burguesa.

23 MINTZ, Frank. *Autogestión y anarcossindicalismo en la España revolucionária*. Madri: Traficante de Sueños, 2006, pp. 140-141. Tradução nossa.

24 As colunas eram organismos nascidos na revolução, representava o braço armado da autogestão, por onde ela passava era levado o espírito autogestionário, segundo Carl Einstein a Coluna Durruti “não é organizada nem militarmente, nem de modo burocrático. Ela emergiu de modo orgânico do movimento sindicalista. É uma associação social-revolucionária, não é uma tropa.” EINSTEIN, Carl. “A Coluna Durruti” em MANFRÉDONIA, Gaétano. *Espanha Libertária: A revolução social contra o Fascismo*. São Paulo: Imaginário, 2002, p. 78.

Portanto o PCE se torna um partido de defesa da propriedade privada, trazendo para suas fileiras setores da média e grande burguesia não alinhada com os nacionalistas²⁵.

As atuações do PCE contra as organizações libertárias podem ser encontradas nos dados trazidos por Mintz, no qual vemos uma série de atos comandados por Enrique Lister. As Jornadas de Maio caracterizam o refluxo da revolução, no qual o governo, comunistas e o colaboracionismo retiram a gestão operária da central telefônica de Barcelona na base da violência e anarquistas, como Federica Montseny, clamam para que as tropas anarquistas não deixem Aragão para auxiliar os companheiros na Catalunha, resultando na derrota dos últimos e na conquista da central telefônica pelo governo.

Logo após as Jornadas de Maio, Lister parte para Aragão com um contingente militar não com o intuito de lutar contra o fascismo, mas para destruir as coletividades e o Conselho de Aragão, que permitia aos trabalhadores cuidarem de assuntos complexos da vida econômica, como por exemplo, a aquisição de insumos agrícolas e até mesmo importação da produção, no entanto, essas conquistas foram destruídas.

A luta da república contra a autogestão além de estar pautada na manutenção do sistema capitalista, buscava mostrar para as potências europeias que não havia um processo revolucionário na Espanha, mas sim uma luta contra o Fascismo internacional²⁶.

A gestão socioeconômica da vida por parte da classe trabalhadora e seus respectivos órgãos foi profunda durante o processo revolucionário e Mintz contribuiu para que se conhecesse a dimensão da autogestão, pois o autor se debruçou sobre uma série de estudos²⁷ e relatos coletados de trabalhadores e trabalhadores que participaram das coletividades para estimar o número de pessoas envolvidas nos coletivos, dados os quais trazemos aqui,

Andaluzia

O número mínimo de coletividades é de 120, e o máximo de 300, considerando uma média de 210 com 300 pessoas em cada uma, teríamos 63.000 pessoas.

Aragão

O número de 450 coletividades com 300.000 habitantes é aceitável. Além disso, a UGT tinha uma certa força, com 31 coletivos em Huesca.

Santander

Os números citados, ainda que mínimos, podem ser considerados: uma centena de coletivos e 13.000 pessoas. Para as Astúrias, nada temos.

25 Para mais dados sobre o crescimento do PCE no contexto da revolução, Cf. BERTHIER, René. “Contra-Revolução stalinista em Barcelona” em MANFRÉDONIA, Gaétano. Espanha Libertária: A revolução social contra o Fascismo. São Paulo: Imaginário, 2002, pp. 61-74.

26 Para os trabalhadores que viviam a autogestão, a luta contra o fascismo deveria de ser feita através da revolução social, pois para por fim ao fascismo era necessário por fim ao sistema capitalista.

27 Baseava-se também nas memórias dos militantes anarquistas.

Catalunha

Houve no mínimo 297 coletividades agrícolas e no máximo 400. Se considerarmos 350 com 200 pessoas em média, temos 70 mil membros. Para a autogestão industrial, tendo em vista a lei, o conjunto dos operários era concernido, mas o desemprego era importante, considerando 80% dos 700.000 operários que havia na província, teríamos 560.000 pessoas, isto é, com a família, no mínimo 1.020.000.

Centro

240 coletivos agrícolas com 22.664 famílias, quer dizer, um mínimo de 67.992 pessoas; e sem dúvida, o mesmo tanto de coletivos ugetistas e de membros. Haveria, assim, aproximadamente 176.000 pessoas implicadas na autogestão agrícola. Numerosas coletividades industriais existiam na capital e em certas cidades; um mínimo de 30.000 pessoas parece lógico.

Estremadura

O número de 30 coletivos com 200 pessoas, ou seja, 6.000, deve ser o máximo para a CNT e também para a UGT.

Levante

Nossa estimativa atual é de 503 coletivos no mínimo na agricultura, abrangendo 130.000 pessoas. Na indústria, o número mínimo e hipotético de 30.000, bem como no Centro, parece razoável.

Total

758.000 na agricultura e 1.080.000 na indústria, o que nos dá por consequência, 1.838.000, número mínimo.²⁸

A partir do estudo das análises de Frank Mintz percebemos muitas conquistas positivas da revolução espanhola, principalmente quando temos acesso aos números de membros inseridos nesse processo, podemos compreender o quão a revolução foi importante para a história da classe trabalhadora espanhola. Mesmo com uma análise positiva do autor, temos também um processo de crítica à atuação dos anarquistas e das organizações e bem como da repressão do governo republicano. Sua contribuição foi justamente não idealizar um processo histórico, mas criticá-lo à luz das suas concepções anarquista e histórica.

²⁸ MINTZ, Frank. “Resultados da coletivização: conclusões e estimativas gerais” em LEVAL, Gaston *et al.* *Autogestão e Anarquismo*. São Paulo: Imaginário, 2002, pp. 93-94.